

Abordagens Católicas à Mineração: Estudos de Caso

Projeto da Mina de Cobre e Ouro de Tampakan, Diocese de Marbel, Filipinas

Município de Tampakan, Província de Cotabato do Sul, Mindanao, Filipinas

Jaybee Garganera e Rhoda Viajar

Garganera é o coordenador nacional da Alyansa Tigil Mina (ATM) e Viajar é o consultora de mídia e comunicação da ATM



Resumo

Desde a publicação da histórica carta pastoral em 1988, intitulada “O que está acontecendo com nossa bela terra?”, a Conferência Episcopal Católica das Filipinas (CBCP) tem desempenhado um papel fundamental na resistência das comunidades às atividades mineradoras destrutivas. Após descrever as declarações da CBCP sobre as consequências ecológicas da mineração nas últimas três décadas, o estudo de caso examina as ações empreendidas pelo Centro de Ação Social da Diocese de Marbel em relação a uma das maiores jazidas de cobre e ouro do Sudeste Asiático e do Pacífico Ocidental. Desde o início das atividades de exploração, em 2003, a Igreja tem apoiado a mobilização das comunidades locais para evitar danos ecológicos. Ela tem sido um ator fundamental na proibição bem-sucedida da mineração a céu aberto na província de Cotabato do Sul e na documentação de violações dos direitos humanos na região. Até abril de 2026, a empresa de mineração Sagittarius Mines, Inc. (SMI) não conseguiu iniciar as operações de mineração comercial em Tampakan. O estudo de caso destaca as seguintes ações fundamentais: pesquisa e documentação; educação e conscientização; organização das comunidades de base; trabalho em rede, formação de alianças e construção de coalizões; petições e coleta de assinaturas; ajuizamento de ações judiciais; participação em campanhas eleitorais; e advocacy e solidariedade internacionais.

1. Contexto

Ao longo de décadas, a comunidade católica, liderada por seus bispos, tem sido um dos atores mais influentes, ativos e expressivos na proteção ambiental nas Filipinas. Em particular, ela tem desempenhado um papel fundamental na resistência das comunidades contra projetos de mineração e extração. A Conferência Episcopal Católica das Filipinas (CBCP) publicou, já em 1988, um documento marcante e profético, considerado uma carta pastoral fundamental sobre ecologia. Intitulada “O que está acontecendo com nossa bela terra?”, a carta foi inovadora, pois marcou a primeira declaração importante e abrangente da Igreja filipina sobre o meio ambiente.

A carta soou o alarme sobre a erosão do solo, a poluição dos rios e a destruição das florestas. A degradação ambiental foi considerada uma questão moral, pois a Igreja apelou à gestão responsável dos recursos naturais e se opôs à exploração destrutiva. Ela enfatizou a conexão entre o cuidado com o meio ambiente e a fé, observando que a destruição da natureza viola a criação de Deus. A importância da carta em termos de defesa ambiental foi seu apelo direto à ação contra a destruição ecológica. Ela exortava os indivíduos a usar sua influência para desenvolver a conscientização sobre as questões ambientais e a organizar as pessoas para que se envolvessem em ações concretas. Em particular, apelava por uma conversão ecológica entre a comunidade cristã, sugerindo o estabelecimento de um ministério de “Cuidado da Terra” desde as “comunidades cristãs de base, passando pela estrutura paroquial e pelos escritórios diocesanos, até o nível nacional” (CBCP, 1988). A carta também apelou ao governo para que “não buscasse ganhos econômicos de curto prazo à custa de danos ecológicos de longo prazo”. Destacando o importante papel das organizações não governamentais na disseminação da consciência ecológica, ela instou a sociedade civil a atuar como fiscalizadora para garantir que o governo tornasse as questões ambientais uma prioridade máxima. O impacto dessa carta perdurou por décadas, pois se tornou a base para declarações pastorais subsequentes sobre mineração, mudanças climáticas e outras questões ambientais.

Dez anos depois, os bispos emitiram “Uma Declaração de Preocupação sobre a Lei de Mineração de 1995”, que mobilizou a Igreja Católica para a revogação da lei de mineração, a Lei da República nº 7942 (CBCP, 1998). Ela



condenou veementemente o impacto da mineração em grande escala sobre as comunidades indígenas e as terras ancestrais. A declaração afirmava que a devastação ambiental e o deslocamento social superavam os ganhos econômicos da mineração em grande escala. Ela também estabeleceu a conexão entre a destruição ambiental e a violação da vida e da dignidade humanas. Alertou que “a implementação da Lei de Mineração certamente destruirá tanto o meio ambiente quanto as pessoas e levará à agitação nacional”. O documento citou casos de danos ambientais, especificamente os derramamentos de rejeitos de mineração em Marinduque ⁽¹⁾, Negros Ocidental ⁽²⁾ e Benguet ⁽³⁾. Ele apelou à consciência moral e social do povo e desafiou o governo a priorizar os pobres e a terra em detrimento dos interesses das empresas de mineração dominadas por estrangeiros.

Em 2000, foi emitida outra declaração pastoral, “Água é Vida”, que se concentrou na insegurança hídrica, na proteção de bacias hidrográficas e aquíferos e na obrigação de gerenciar a água como um recurso sagrado. Ela foi divulgada durante um período em que os serviços de água estavam sendo privatizados e as fontes hídricas estavam sendo poluídas. Os bispos clamaram pela proteção das fontes hídricas, ao enfatizarem que a água é essencial para todas as formas de vida. A carta enfatizou que as operações madeireiras, o desmatamento, a não implementação de políticas ambientais e a corrupção por parte da elite causaram a destruição de bacias hidrográficas e aquíferos, o que ameaça a segurança hídrica do país. Ela relacionou a proteção da água à posição pró-vida da Igreja, apontando que “água significa vida e a vida é o maior presente físico que Deus nos deu” (CBCP, 2000).

Outra declaração específica sobre mineração da conferência episcopal foi emitida em 2006. “Questões e Preocupações Minerais: Não Profanem a Terra Onde Vivem” reiterou a carta de 1998 para revogar a Lei de Mineração e revogar todas as concessões minerárias aprovadas. Ela reflete a preocupação da Igreja com a rápida expansão das operações de mineração e suas consequências negativas para as comunidades locais e o meio ambiente. Os bispos argumentaram que a mineração equivale a destruir a vida e a criação, e que viola o mandato bíblico de proteger a terra. A declaração criticou o governo por “permitir que os interesses das grandes corporações de mineração prevaleçam sobre o direito das pessoas a essas fontes”, o que, argumentaram os bispos, “equivale a violar seu direito à vida”, já que “a mineração ameaça a saúde das pessoas e a segurança

¹ Em 1996, ocorreu na província insular de Marinduque o pior desastre de mineração da história das Filipinas. Os túneis de drenagem da mina a céu aberto da Marcopper Mining Corporation romperam-se e despejaram milhões de resíduos tóxicos de mineração no sistema fluvial Makuplapnit-Boac, inundando aldeias, matando a vida marinha e destruindo plantações.

² De 1982 a 1996, a Maricalum Mining Corporation sofreu três rompimentos de barragens em Sipalay, Negros Ocidental, na região de Visayas, nas Filipinas. Mais de mil agricultores e pescadores foram desalojados.

³ Em agosto-setembro de 2012, uma série de derramamentos de rejeitos de mineração ocorreu em Itogon, Benguet, na parte norte das Filipinas. A lagoa de rejeitos da Philex Mining Corporation liberou milhões de toneladas de resíduos nos rios, marcando um dos piores desastres ambientais do país.

ambiental por meio do despejo indiscriminado de resíduos e rejeitos em rios e mares” (CBCP, 2006). Os bispos exigiram a suspensão dos vinte e quatro projetos de mineração prioritários do governo e o encerramento de projetos de mineração em grande escala em várias partes do país.

Em 2019, os bispos divulgaram “Um Apelo Urgente à Conversão Ecológica: Esperança Diante da Emergência Climática”. Trata-se de uma importante carta pastoral na qual a Igreja declarou uma “emergência climática”, ao mesmo tempo em que apelou por uma mudança de paradigma para restabelecer a relação sagrada com a natureza (CBCP, 2019). Eles também instruíram as instituições católicas a retirar recursos financeiros de empresas de mineração, usinas termelétricas a carvão e outros projetos extrativos. Incentivaram a transição para fontes de energia limpa e apoiaram a instalação de energia solar em igrejas e escolas.

No que diz respeito às políticas governamentais, a CBCP defendeu a aprovação de projetos de lei, como o Projeto de Lei dos Direitos da Natureza (RON) e o Projeto de Lei de Gestão Alternativa de Minerais (AMMB). O RON busca reconhecer os ecossistemas como entidades jurídicas com direitos inerentes de existir e prosperar. Essa perspectiva muda a visão da natureza de mero bem de propriedade para um sujeito com direitos. Ela também permite que ações judiciais sejam movidas em nome da natureza para impedir a destruição ecológica. O AMMB, por sua vez, visa orientar as atividades de mineração para o desenvolvimento nacional. Ele busca revogar e substituir a Lei de Mineração, mudando a política governamental de uma extração orientada para a exportação para uma gestão mineral sustentável e voltada para a construção da nação. O AMMB prioriza a proteção ambiental, os direitos das comunidades locais e o processamento doméstico, ao mesmo tempo em que propõe a proibição da mineração em zonas ecológicas designadas como “proibidas”.

Em 2022, os bispos emitiram outra declaração pastoral sobre o clima, “Um Apelo à Unidade e à Ação em Meio a uma Emergência Climática e Crise Planetária”, que delineou o compromisso da Igreja com ações ambientais urgentes e a conversão ecológica. Ela formalizou a “política de não aceitação” da Igreja em relação a doações provenientes da mineração e de outras indústrias extrativas. Os bispos também se comprometeram a retirar recursos financeiros de bancos e instituições que financiam indústrias destrutivas, como carvão, gás fóssil, mineração e exploração madeireira. Em termos de apoio institucional, a CBCP (2022) pediu a criação de um Setor de Ecologia em cada diocese para priorizar projetos e orçamentos ambientais. Para promover a espiritualidade ecológica, os bispos institucionalizaram a celebração da Semana Laudato Si’ e do Tempo da Criação.⁴ Eles também apoiaram a criação de uma estrutura de “escolas Laudato Si’” em conjunto com a Associação Educacional Católica das Filipinas (CEAP). Por fim, a declaração apoiou formalmente o Projeto de Lei RON no Congresso das Filipinas e promoveu a campanha “Estilo de Vida Sapat”, incentivando um modo de vida mais simples e sustentável para reduzir a pegada ecológica.⁵ Os bispos descreveram o estado atual do mundo como uma “emergência planetária” e exortaram o governo a declarar estado de emergência nacional para alinhar suas políticas com a instabilidade da biosfera.

Essas cartas pastorais e declarações fornecem uma estrutura e orientação à comunidade católica nas Filipinas no que diz respeito à defesa da preservação ambiental e às campanhas contra indústrias destrutivas. Historicamente, a Igreja filipina tem promovido sua defesa ambiental atuando por meio de suas paróquias, instituições educacionais e estabelecendo parcerias com redes da sociedade civil. As paróquias locais e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) desempenham um papel fundamental na transformação das cartas pastorais nacionais

⁴ A Semana Laudato Si’ é uma série de eventos que ocorre em maio de cada ano para celebrar o aniversário da publicação da Laudato Si’ e mobilizar ações, consulte <https://laudatosiweek.org>. A Temporada da Criação ocorre de 1º de setembro a 4 de outubro de cada ano e é uma série ecumênica de celebrações que se concentra no cuidado com a Criação, consulte <https://seasonofcreation.org>.

⁵ Sapat significa “basta” ou “suficiente”, consulte Rights of Nature Philippines (2023).

em iniciativas concretas, incluindo campanhas contra a mineração, a exploração madeireira e a poluição por plástico. As CEBs são pequenos grupos de cristãos baseados em bairros que se reúnem regularmente para orar, refletir sobre as Escrituras e integrar sua fé na vida cotidiana. Geralmente compostas por 15 a 20 famílias, as CEBs surgiram nas Filipinas na década de 1970, particularmente na região sul de Mindanao. Essas comunidades promovem relações estreitas, inspiram o envolvimento social e incentivam a liderança leiga, representando a “Igreja nas bases”. As CEBs estimulam a colaboração e uma “Igreja para os pobres”, atuando como agentes de evangelização e instrumentos de transformação social. Enquanto isso, as escolas católicas são fundamentais na defesa do meio ambiente, unindo a gestão ecológica à Doutrina Social da Igreja (DSI). Elas apresentam a proteção ambiental como uma responsabilidade tanto moral quanto espiritual, e não meramente uma preocupação científica. Ao entrelaçar o currículo com iniciativas práticas, elas cultivam a “ecologia integral”, incentivam uma vida sustentável e promovem uma cultura de cuidado com a criação, inspirada na *Laudato Si'* do Papa Francisco.

Conforme atestam as numerosas e contundentes declarações dos bispos, a mineração é uma questão crítica nas Filipinas. Apesar dos impactos negativos da mineração em grande escala sobre o meio ambiente e as comunidades, vários governos têm promovido agressivamente o setor de mineração, uma vez que o país possui ricos recursos minerais. Por exemplo, as Filipinas possuem a quinta maior reserva de níquel e a quarta maior reserva de cobalto e cobre do mundo. O Departamento de Minas e Geociências (MGB) identificou 9 milhões de hectares com alto potencial mineral, de uma área total de 30 milhões de hectares nas Filipinas. Em 1º de abril de 2026, havia seis Acordos de Assistência Financeira ou Técnica (FTAAs)⁶ cobrindo uma área total de 102.255,3134 hectares; 287 Acordos de Partilha de Produção Mineral (MPSAs)⁷, cobrindo 560.421,5648 hectares; e 59 Licenças de Exploração (EPs)⁸, cobrindo 114.277,8994 hectares. Atualmente, existem 61 minas metálicas em operação (39 minas de níquel, 11 minas de ouro, 3 minas de cobre, 4 minas de cromita e 4 minas de ferro) e 65 minas não metálicas em operação (MGB 2026). As principais exportações de minerais do país são ouro, minério de níquel e seus produtos, e cobre. Seus principais parceiros comerciais incluem China, Japão, Suíça, Hong Kong e Índia.

Embora existam inúmeros projetos de mineração nas Filipinas, a contribuição do setor para a economia nacional continua sendo mínima. De acordo com a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas das Filipinas (PH-EITI), o subsetor de mineração e extração (MAQ) representa apenas uma pequena parcela da atividade econômica doméstica, especialmente quando comparado aos serviços e a outros setores. Ao longo dos anos, a participação do MAQ no PIB oscilou entre apenas 0,4% e 0,8% (PH-EITI, 2025). Além disso, as alegações de que o setor de mineração gera empregos significativos nas Filipinas são infundadas. De acordo com um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o emprego no setor de mineração de minérios metálicos representa apenas cerca de 0,2% do emprego total em todo o país, com 70% dos trabalhadores envolvidos em ocupações elementares (OIT, 2025). Enquanto isso, a extensão da mineração na região de Mindanao é enorme no contexto das atividades mineradoras gerais do país. Das seis FTAAs, uma está localizada na região, a saber, o projeto de ouro e cobre de Tampakan. Mindanao também possui 88 MPSAs cobrindo 250.884,9633 hectares e 12 EPs envolvendo 21.335,6086 hectares. A discussão acima situa as mobilizações e ações da Igreja Católica em um dos maiores locais de mineração do país.

⁶ Os FTAAs são contratos entre o governo e empresas (nacionais ou estrangeiras) para a exploração, desenvolvimento e utilização em grande escala de recursos minerais. Eles fornecem tecnologia, gestão e financiamento essenciais para projetos que exigem um investimento de capital mínimo de US\$ 50 milhões.

⁷ Os MPSAs são contratos de mineração, nos quais o governo concede a um contratante direitos exclusivos para explorar, desenvolver e utilizar recursos minerais em uma área específica. O governo mantém a propriedade dos minerais, enquanto o contratante fornece todo o financiamento, tecnologia e pessoal, compartilhando a produção resultante em espécie ou em valor.

⁸ As EP conferem a entidades qualificadas o direito de explorar áreas específicas em busca de depósitos minerais, abrangendo atividades como levantamentos geológicos, perfuração e amostragem.

2. O caso

O projeto de mineração de Tampakan é a maior área de cobre e ouro ainda não explorada no Sudeste Asiático e no Pacífico Ocidental. Está previsto para abranger 23.572 hectares e se estende por quatro províncias em Mindanao (Cotabato do Sul, Sultan Kudarat, Sarangani e Davao do Sul). Se for adiante, espera-se que o projeto extraia cerca de 12,8 milhões de toneladas métricas de cobre e 15,2 milhões de onças de ouro da área. Os depósitos de ouro e cobre na região são tão grandes que as estimativas indicam que levará 70 anos para extrair os minerais em Tampakan (Chavez, 2020).

No momento da redação deste artigo (abril de 2026), a empresa de mineração Sagittarius Mines, Inc. (SMI) ainda não havia iniciado as operações de mineração comercial em Tampakan. No entanto, a empresa vem realizando extensas atividades de exploração, perfuração e pré-construção desde 2003. De modo geral, o projeto enfrentou anos de atrasos devido à oposição, contestação judicial e à proibição da mineração a céu aberto.

Em 1994, foi confirmada pela primeira vez a presença de reservas minerais na área. No ano seguinte, a empresa australiana Western Mining Corporation (WMC) recebeu uma FTA para extrair cobre e ouro por um período de 25 anos. Posteriormente, a corporação vendeu seus direitos de mineração à SMI. O contrato de mineração, a segunda FTA do país, estava originalmente previsto para expirar em 2020. No entanto, defensores do meio ambiente descobriram que a SMI havia recebido uma prorrogação de 12 anos em 2016, permitindo que a empresa mantivesse os direitos de mineração até 2032. Essa prorrogação foi aprovada discretamente pelo governo, evitando o escrutínio da sociedade civil (ver seções 3.5 e 3.6). A prorrogação foi justificada por “atos ou circunstâncias além do controle razoável do contratante” (Chavez, 2020).

Devido à sua imensa escala, o projeto vem enfrentando oposição significativa desde que foi anunciado pela primeira vez. Foram levantadas sérias preocupações quanto ao seu impacto, particularmente sobre o grupo indígena Blaan, cujas terras ancestrais estão abrangidas pela área de mineração. Estima-se que aproximadamente 4.000 indígenas sejam deslocados assim que a extração de minerais tiver início. Prevê-se também que o projeto prejudique a biodiversidade e a integridade territorial do domínio ancestral dos Blaan, colocando em risco a cultura e o modo de vida da tribo, uma vez que suas vidas dependem das florestas, que consideram sagradas.

Grupos da sociedade civil alertaram que o projeto poluirá fontes de água e afetará sistemas de irrigação, uma vez que está próximo às bacias hidrográficas de vários rios. A instalação de rejeitos da mina de Tampakan



também será construída perto de um afluente do rio Mal, um dos maiores sistemas fluviais da ilha de Mindanao. Um relatório do Congresso sobre Mudanças Climáticas das Filipinas revela que a instalação pode causar assoreamento e poluição em terras agrícolas a jusante, afetando aproximadamente 10.000 agricultores (Chavez, 2020). Os moradores também estão preocupados com a possibilidade de os rejeitos da mina fluírem para a importante área úmida de 8.000 hectares do Lago Buluan e do Pântano de Liguasan, rica em biodiversidade. Além disso, espera-se que o método de mineração a céu aberto do projeto desmate cerca de 3.935 hectares de florestas de

crescimento natural e terras aráveis, e envolva a remoção de vegetação, solo e rocha, resultando em destruição de habitat, perda de biodiversidade e alteração significativa da paisagem. Isso também poderia levar à erosão do solo, contaminação da água e poluição do ar.

A SMI pretende extrair minerais por meio de um método de mineração a céu aberto. Mas, dada sua natureza altamente destrutiva, os defensores do meio ambiente se opuseram veementemente a esse método. O governo provincial de Cotabato do Sul proibiu a mineração a céu aberto em seu Código Ambiental. Essa proibição foi contestada judicialmente pela SMI, que questionou a validade do código. Inicialmente, o Tribunal Regional de Primeira Instância manteve a validade da proibição em 2020. Dois anos depois, o Tribunal de Apelações continuou a declarar que a proibição da mineração a céu aberto na província era válida, mas precisou que a proibição se aplicava apenas a mineradores de pequena escala. O tribunal esclareceu ainda que a proibição não se aplica a operações de mineração em grande escala, particularmente ao projeto Tampakan (Sarmiento 2022b).

A violência tem cercado o projeto de mineração de Tampakan desde que foi anunciado. Quando o projeto foi lançado oficialmente em janeiro de 2003, várias unidades das Forças Armadas das Filipinas foram mobilizadas para atuar como forças de contra-insurgência. A área da mina também é protegida por um destacamento paramilitar armado, criado em parte para proteger investimentos privados e os funcionários de segurança contratados pela SMI. Em julho de 2002, Gurilmin Malid, um líder Blaán, e seu jovem companheiro teriam sido emboscados e mortos a tiros dentro da área da mina. Os militares alegaram que as vítimas eram bandidos mortos durante operações militares legítimas, enquanto líderes católicos descreveram Malid como um “corajoso líder tribal” defendendo sua terra contra a mineração (Sarmiento, 2022a).⁹ Desde então, pelo menos duas dúzias de pessoas foram mortas dentro da concessão de mineração, incluindo pessoal de segurança da empresa de mineração e crianças indígenas. De acordo com reportagens, as armas de fogo proliferam na área ao redor da mina. Embora os Blaán tradicionalmente portem armas brancas, eles começaram a se armar com armas de fogo de alto calibre em meados dos anos 2000. Eles temiam que a empresa de mineração destruísse suas florestas sagradas e os forçasse a partir. Também estavam presentes na área membros do Novo Exército Popular (NPA), o grupo armado do Partido Comunista das Filipinas (CPP), que se opõe à mineração em grande escala como política governamental devido à destruição que ela causa. No dia de Ano Novo de 2008, o acampamento base da SMI, foi incendiado por cerca de 40 combatentes do NPA. Em um comunicado, o CPP afirmou que o ataque “tinha o objetivo único de punir a gigante empresa de mineração suíça pela apropriação de terras, pilhagem e destruição ambiental, em resposta a uma demanda de longa data do povo para que se pusesse fim às operações da empresa na área” (CPP, 2008).

Apesar da forte oposição, o projeto também conta com algum apoio de algumas comunidades tribais, devido aos projetos sociais da empresa na região. Desde que assumiu o controle da WMC, a SMI tem fornecido 3 milhões de pesos (aproximadamente US\$ 59.000) por ano a cinco conselhos tribais, apoiando bolsas de estudo, assistência médica, meios de subsistência e programas de desenvolvimento dentro de suas comunidades.

Em 2020, a SMI obteve a Pré-condição de Certificação (CP), um requisito essencial da Comissão Nacional dos Povos Indígenas (NCIP) para todos os projetos de mineração nas Filipinas, que permite a exploração e extração de jazidas minerais dentro do domínio ancestral. No caso de Tampakan, a CP certificou que as Comunidades Culturais Indígenas (ICCs) deram seu consentimento ao projeto de mineração e confirmou que o processo de Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC) foi cumprido pela SMI.

A luta do movimento contra o projeto de mineração Tampakan já dura três décadas e continua até hoje. Durante todo esse período, a Igreja Católica esteve ativamente envolvida na resistência ao projeto. Suas intervenções

⁹ Todas as informações contidas neste parágrafo e no seguinte são provenientes de Sarmiento (2022a).

variaram de pesquisa e documentação, conscientização e educação popular a contestação judicial, coleta de assinaturas, trabalho em rede, lobby e manifestações de rua, conforme detalhado na próxima seção.

3. A resposta da Igreja Católica à mineração em Tampakan

Pesquisa e documentação

Nos primeiros anos após a aprovação do contrato da SMI, a Igreja Católica, por meio do Centro de Ação Social (SAC) da Diocese de Marbel, organizou Missões de Apuração de Fatos (FFMs) para investigar denúncias de violações de direitos humanos ligadas ao projeto de mineração de Tampakan. Em 2011, ela iniciou uma FFM com a participação do 27º Batalhão de Infantaria do Exército Filipino, da Comissão de Direitos Humanos (CHR-RXII), da NCIP-RXII, da estação de rádio DXCP, d¹⁰, e da Paróquia de Santo Niño, em Tampakan, Cotabato do Sul. Intitulada “A Fenomenologia da Mineração: Missão de Apuração de Fatos com Base nos Direitos Humanos em Tampakan, Cotabato do Sul” (SAC, 2011), a FFM investigou uma emboscada que resultou na morte de três motoristas de uma empresa de construção pertencente ao então prefeito de Tampakan. Em resposta à emboscada, membros da comunidade sofreram assédio, bloqueios de alimentos e estradas, ameaças, invasão ilegal e roubo. A FFM constatou que o prefeito e seus aliados impuseram bloqueios de alimentos que deixaram os residentes à beira da fome, causaram o deslocamento de civis inocentes e proferiram graves ameaças contra pessoas sem qualquer ligação com a emboscada. A FFM revelou violações flagrantes dos direitos humanos cometidas tanto pelos autores da emboscada quanto pelo prefeito de Tampakan, juntamente com seus aliados no barangay¹¹, e suas milícias. A missão demonstrou ainda que a emboscada e os atos ilegais subsequentes contra civis não devem ser vistos como casos isolados de crime ou banditismo. Em vez disso, eles decorrem de um conflito por recursos entre grupos de “ ” pró-mineração e anti-mineração. A missão destacou que as empresas de mineração frequentemente empregam de forma sistemática violações de direitos humanos, pressão política, ameaças, o envio de grupos paramilitares para locais de mineração e o deslocamento de comunidades como táticas para enfraquecer a oposição e forçar a aceitação das operações de mineração. Essas práticas não se limitam ao projeto de mineração de Tampakan, mas são predominantes em todos os locais de mineração em Mindanao. A FFM também afirmou que o uso de terras sem o FPIC ou sem o fornecimento de compensação adequada aos proprietários de terras equivale a graves violações dos direitos humanos e viola as leis e políticas nacionais existentes. Ao mesmo tempo, constatou que a contratação, subcontratação ou terceirização de funcionários da SMI que trabalhavam horas extras e não recebiam remuneração por seus serviços constitui uma violação do Código do Trabalho das Filipinas. Por fim, revelou que a maioria dos povos indígenas não tinha conhecimento do impacto da mineração em sua base econômica, meios de subsistência agrícolas e bem-estar social e cultural.

No ano seguinte, em janeiro de 2012, o Tampakan Forum, uma rede da sociedade civil, recebeu denúncias do SAC de Marbel sobre violações dos direitos humanos contra o grupo indígena Blaan. Outra Missão de Verificação e Avaliação (FFM) foi realizada pela Conferência Episcopal das Filipinas (CBCP) e sua Secretaria Nacional para Ação Social, Justiça e Paz (NASSA-Justiça e Paz), em parceria com outras organizações.¹² Durante a investigação,

¹⁰ A DXCP é uma estação de rádio sediada na cidade de General Santos, em South Cotabato. É propriedade da South Cotabato Communications Corporation, o braço de mídia da Diocese de Marbel.

¹¹ Um barangay é a menor divisão administrativa e unidade básica do governo local nas Filipinas, funcionando como uma vila, bairro, distrito ou vizinhança.

¹² Estas foram: Philippine Misereor Partnership, Philippine Human Rights Center, Legal Rights Center-Kasama sa Kalikasan, Alyansa Tigil Mina (ATM), Philippine Association for Intercultural Development (PAFID), Koalisyon ng Katutubong Samahan ng Pilipinas (KASAPI), Task Force Detainees of the Philippines (TFDP), Sentro ng Alternatibong Lingap Panligal (SALIGAN) e a Comissão de Direitos Humanos (CHR).

a equipe da FFM determinou que, apesar da FTAA concedida em 1995, a operação de mineração proposta pela SMI carecia do consentimento e do apoio da maioria das comunidades Blaan e de outros residentes na área do projeto (SAC e Tampakan Forum, 2012). Além disso, constatou-se que, no primeiro trimestre de 2012, a SMI realizou atividades como construção de estradas, reuniões comunitárias e anúncios de realocação, mesmo que seu pedido de Certificado de Conformidade Ambiental (ECC) tivesse sido rejeitado. Essas ações desrespeitaram uma ordem do Departamento de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DENR) que proibia a empresa de realizar quaisquer atividades de desenvolvimento enquanto o pedido de ECC estivesse em fase de recurso. A insistência da SMI em prosseguir com suas iniciativas no local do projeto desestabilizou ainda mais a segurança nas comunidades afetadas e intensificou o conflito entre os moradores contrários à mineração e a empresa e seus aliados locais.

O estudo destacou os desequilíbrios de poder entre os moradores que protestavam e a empresa, que, com seus vastos recursos, parecia ter garantido o apoio das forças armadas, da polícia, de autoridades locais e de outras autoridades governamentais. Além disso, o projeto foi fortemente apoiado pelo governo nacional por meio de sua FTAA e da política de mineração delineada na Lei de Mineração de 1995. A equipe da FFM documentou casos de assédio, um assassinato sumário, destruição de propriedade, restrições de circulação e desrespeito às crenças culturais e religiosas contra os Blaan e outros moradores que lideraram ou participaram de ações de protesto. A própria equipe teve uma experiência em primeira mão da divisão social causada pelo projeto da SMI quando foi impedida duas vezes, por barricadas montadas pelos Blaan pró-mineração, de chegar a uma das principais áreas de impacto da mineração. Entre suas recomendações, a FFM instou por uma investigação de alto nível da situação em Tampakan, a ser liderada pela CHR¹³, a retirada da presença militar, a restrição das atividades da SMI, um processo de diálogo entre membros pró e anti-mineração do povo Blaan e um processo de FPIC nos domínios ancestrais dos Blaan afetados pelo projeto da SMI. No entanto, a CHR, que fazia parte da FFM, não emitiu uma resolução sobre a questão. Além disso, os militares não retiraram suas tropas, obrigando os Blaan a instalar seu sistema de defesa tradicional e a se opor veementemente à presença militar. A empresa de mineração, por outro lado, ordenou a interrupção imediata de suas atividades na área. Não houve diálogo entre os membros pró e anti-mineração da comunidade Blaan, mas ambas as partes compareceram a uma audiência no Congresso sobre a questão. Por fim, o processo de FPIC foi iniciado posteriormente, permitindo que a empresa obtivesse a CP necessária. Após 2012, não houve grandes documentações ou FFM, já que a campanha se concentrou em garantir que a proibição da mineração a céu aberto permanecesse em vigor.

Atividades de Educação e Sensibilização

Enquanto realizava pesquisas e documentação, o SAC de Marbel também organizou fóruns educacionais e sessões de conscientização para as comunidades, especialmente entre os povos indígenas, sobre a Lei de Mineração das Filipinas e a Lei dos Direitos dos Povos Indígenas (IPRA). O primeiro passo da Igreja foi garantir que essas comunidades compreendessem tanto os impactos da mineração quanto seus direitos. Os agentes da Igreja primeiro realizaram pesquisas para confirmar que o domínio ancestral dos povos indígenas seria afetado pelo local de mineração proposto. Posteriormente, visitaram os barangays e estabeleceram comunicação com as comunidades locais. Frequentemente, certas pessoas eram designadas como pontos de contato dentro dessas comunidades. Elas receberam treinamento especial e lideraram esforços educacionais mais amplos em suas comunidades. Os agentes da Igreja explicaram os planos da empresa de mineração e consultaram os grupos indígenas sobre sua resposta, perguntando se a comunidade estaria disposta a ceder suas terras para as operações de mineração. Eles informaram sobre a exigência fundamental de obter o FPIC e enfatizaram que nenhum projeto ou iniciativa seria implementado em domínios ancestrais sem o consentimento de suas comunidades.

¹³ A CHR, ou Comissão de Direitos Humanos, é um órgão governamental independente, criado pela Constituição filipina de 1987.

Além de se envolver com os grupos indígenas, a Diocese de Marbel também organizou sessões educacionais para as comunidades locais dentro da área reivindicada pela empresa de mineração. Lançaram uma campanha em grande escala focada na proteção ambiental e na defesa de causas. Mobilizando os BECs, ela divulgou informações sobre os riscos ambientais e sociais do projeto de mineração de US\$ 5,9 bilhões, particularmente para a comunidade indígena Blaán, e explicou seus possíveis impactos. Também realizou sessões de educação socioeconômica e política para membros dos BECs, como informações sobre estruturas de governança e o papel do governo local, juntamente com sessões de formação sobre a doutrina social católica.



Entre outras atividades de educação e conscientização, o SAC de Marbel conduziu debates públicos, coletivas de imprensa e fóruns com o objetivo de informar as partes interessadas sobre os impactos de longo prazo do projeto. Em 2021, eles também lançaram uma campanha em toda a diocese intitulada “Proteja a Natureza, Proteja o Nosso Futuro”, utilizando materiais traduzidos para as línguas locais para explicar os perigos do método de mineração a céu aberto proposto.

Organização das comunidades de base

Enquanto o SAC conduzia atividades educacionais, também buscava organizar as comunidades. Estabeleceu organizações populares (OPs) de povos indígenas, agricultores, atletas, jovens católicos e grupos antimineração, entre outros. Essas organizações formaram a espinha dorsal da resistência contra a mineração. Participaram de ações de protesto, campanhas de coleta de assinaturas, fóruns, discussões educacionais e muitas outras atividades antimineração.

Ao mesmo tempo, a Igreja organizou um diálogo inter-religioso com outras organizações religiosas entre os três principais grupos religiosos de South Cotabato (cristãos, muçulmanos e povos indígenas que mantêm suas crenças ancestrais). Independentemente dos sistemas de crenças das comunidades locais, elas enfrentam os mesmos problemas sociais e preocupações econômicas, e seriam igualmente afetadas pelo impacto das operações de mineração e pela destruição do meio ambiente.

Redes, alianças e formação de coalizões

Um componente importante da campanha contra a mineração em grande escala envolveu a articulação com vários grupos e formações da sociedade civil e a construção de coalizões e alianças unidas por um propósito e uma estratégia comuns. A Diocese de Marbel iniciou e liderou essas coalizões. Ela atuou como principal organizadora da Coalizão de Organizações de Desenvolvimento Social (CSDO), composta por 21 organizações da sociedade civil em South Cotabato. Várias redes foram estabelecidas e desenvolvidas, como a Coalizão Contra o Movimento de Mineração (Camm).

A criação do Fórum de Tampakan, que é uma aliança entre a sociedade civil e setores comunitários, é outra iniciativa crucial contra a mineração em grande escala em Tampakan. É o principal organizador e força motriz

por trás da oposição ao projeto de mineração de cobre e ouro em Cotabato do Sul. O Fórum desempenha um papel fundamental no lobby pela proteção ambiental, na organização da oposição à SMI e na coordenação de ações legais para manter a proibição da mineração a céu aberto (ver seção 3.6). A Diocese de Marbel e seu SAC desempenharam um papel de liderança fundamental no Fórum de Tampakan. O Fórum facilitou discussões e uniu vários setores, incluindo grupos religiosos, organizações da sociedade civil, organizações populares e grupos indígenas. No entanto, ele ficou inativo por quase uma década e foi revitalizado em 2020, após a prorrogação do FTAA da empresa de mineração e a renovação do ECC. O renascimento do Fórum contou com o apoio de importantes grupos, como a CBCP-NASSA–Justiça e Paz, a Philippine Misereor Partnership Inc. (PMPI), a¹⁴ e a Alyansa Tigil Mina (ATM).

Hoje, o Fórum atua como um grupo de trabalho técnico, valendo-se de dados científicos, perspectivas de direitos humanos e análises jurídicas para questionar a legitimidade do projeto e enfatizar seus riscos ambientais, incluindo possíveis danos à agricultura e às bacias hidrográficas. O Fórum apoia ativamente o Código Ambiental Provincial de South Cotabato de 2010, que proíbe a mineração a céu aberto, e está empenhado em impedir sua revogação ou anulação por ações do governo nacional que favoreçam a SMI. O Fórum de Tampakan desempenha um papel vital em elevar as lutas locais à atenção nacional e internacional, organizando seminários, webinars e destacando os impactos nas comunidades locais e nos domínios ancestrais. Ele oferece apoio às autoridades locais que se opõem à mina, alinhando-se aos esforços para revogar as licenças comerciais da SMI com base em fundamentos ambientais e jurídicos.

Petições e campanhas de coleta de assinaturas

Uma parte importante da campanha contra a mineração foram as diversas campanhas de coleta de assinaturas. Elas tinham como objetivo mostrar a ampla oposição ao projeto de mineração e foram usadas como base para apelar às autoridades governamentais para que impedissem a implementação do projeto. Em agosto de 2021, a Diocese de Marbel lançou uma campanha de coleta de assinaturas para exigir a manutenção da proibição da mineração a céu aberto. O bispo exortou os paroquianos, especialmente os jovens, a ajudar a campanha de coleta de assinaturas a se tornar viral nas redes sociais.¹⁵ Ele enfatizou que mesmo áreas sem acesso à internet seriam alcançadas por meio dos BECs (Sarmiento, 2021a). Essa campanha de assinaturas foi conduzida em paralelo a um programa massivo de conscientização e educação “ ” (ver seção 3.2) e recebeu amplo apoio em nível nacional, como da Iglesia Filipina Independiente, ATM, LRC e PMPI, entre outros. A Caritas Filipinas também convocou os filipinos a apoiar a campanha, argumentando que o projeto “nunca será a favor do bem-estar geral da província”. O braço humanitário, de desenvolvimento e de defesa da CBCP acrescentou: “Não estamos convencidos de que isso trará verdadeira liberdade econômica às nossas comunidades empobrecidas, nem justiça ao ecossistema de Mindanao, que se deteriora” (Sarmiento, 2021).

Como resultado da campanha, 93.453 assinaturas foram entregues ao conselho provincial em dezembro de 2021. No entanto, em 16 de maio de 2022, o conselho provincial de South Cotabato aprovou a proposta de revogar a controversa proibição da mineração a céu aberto. Sem objeções dos membros do conselho provincial presentes, a sessão plenária aprovou a emenda ao Código do Meio Ambiente em sua segunda votação, revogando especificamente a proibição da mineração a céu aberto.

¹⁴ A Philippine Misereor Partnership Inc. (PMPI) é uma rede de desenvolvimento social e defesa de direitos nas Filipinas, fundada em 2003. Trata-se de uma parceria entre organizações da sociedade civil, grupos religiosos e a Misereor (agência católica alemã que faz parte da Caritas Internationalis).

¹⁵ O atual bispo da Diocese de Marbel é o Rev.mo Cerilo “Allan” Uy Casicas, D.D. (2018–presente). Ele sucedeu ao Rev.mo Dinualdo Destajo Gutierrez, que serviu como bispo de 1981 a 2018.

A decisão causou reação imediata, com a Diocese de Marbel liderando protestos contra a medida, citando riscos ambientais para a região. De acordo com a SAC de Marbel, mais de 10.000 pessoas participaram da manifestação, que começou com uma marcha na cidade de Koronadal (capital da província de South Cotabato, também conhecida como Marbel) da Catedral de Cristo Rei até os escritórios do governo provincial para exigir que o conselho provincial “se mantenha firme em seu dever de garantir a segurança, a conveniência e o bem-estar de seus eleitores”, e a respeitar o Código Ambiental provincial e sua proibição da mineração a céu aberto. “Esta é a atitude correta a ser tomada para garantir que as futuras gerações herdem uma sociedade melhor, desfrutando dos frutos de um ambiente saudável”, afirmou a diocese em comunicado (Sarmiento, 2021). O bispo Cerilo Casicas instou particularmente o governador da província de Cotabato do Sul a vetar a controversa decisão da legislatura local. “O povo se pronunciou, e essa é a verdade suprema que o senhor deve levar em consideração como governador. Fazer o contrário, eu diria até, seria uma negligência em seu dever”, afirmou o bispo (Sarmiento, 2021).



Duas semanas depois, em 4 de junho de 2022, o governador vetou a lei aprovada pelo conselho provincial. Isso significou que a proibição permaneceu em vigor, impedindo o início imediato das operações a céu aberto. Em sua mensagem formal de veto, o governador afirmou que a lei alterada é “prejudicial ao bem-estar público e contrária ao interesse geral” dos residentes de Cotabato do Sul (Estabillo, 2022). Ele declarou que “não conseguiu encontrar nenhuma razão convincente para que o Sangguniang Panlalawigan [conselho provincial] alterasse uma portaria com uma década de existência que protegia de forma competente e eficaz o povo de Cotabato do Sul dos efeitos nocivos da destruição indiscriminada de nossos recursos concedidos por Deus pelas corporações multinacionais, que só deixarão a província após a extração de nossa riqueza natural” (Estabillo, 2022).

Em outubro de 2023, uma petição foi apresentada ao Gabinete do Presidente e, posteriormente, encaminhada ao DENR por um grupo de bispos católicos romanos do centro-sul de Cotabato.¹⁶ A carta solicitava que a prorrogação de 12 anos da FTAA da SMI fosse declarada ilegal. Os bispos afirmaram que a prorrogação da FTAA foi aprovada de forma “inconstitucional” pela agência subordinada ao DENR, a MGB. Segundo os bispos, a aprovação estava fora da jurisdição da agência, tornando, portanto, a decisão e o documento nulos. Eles afirmaram ainda que a prorrogação de 12 anos para o projeto Tampakan (até 21 de março de 2032) foi aprovada em 2016 sem a devida autorização e só se tornou pública em 2020, após a data de vencimento do contrato inicial (Cabato, 2023). Os consultores jurídicos dos bispos argumentaram que a SMI deveria ter realizado consultas de avaliações de impacto ambiental e cumprido outras exigências regulatórias para a renovação, uma vez que o FTAA de Tampakan já havia expirado. Eles afirmaram ainda que a alegação de *força maior* da SMI como base para a prorrogação do FTAA era infundada (Cabato, 2023).

¹⁶ O documento foi assinado pelo Bispo da Diocese de Marbel (Cerilo Casicas), pelo Arcebispo de Cotabato (Angelito Lampon), pelo Bispo da Diocese de Kidapawan (Jose Colin Bagaforo) e pelo Bispo da Diocese de Digos (Guillermo Afable), que representaram as comunidades afetadas pelas operações de mineração.

Ajuizamento de ações judiciais

Em 4 de outubro de 2024, o bispo de Marbel liderou a apresentação de um pedido contra a prorrogação de 12 anos do FTAA para o projeto Tampakan.¹⁷ Em uma declaração, o bispo explica a abertura do processo judicial com base em fundamentos sociais e ambientais: “A mina de Tampakan ameaça devastar o ecossistema local, representa riscos à saúde de nosso povo e pode levar ao potencial deslocamento e à perda de meios de subsistência agrícolas e pesqueiros em três províncias aqui em Mindanao. “O FTAA da mina de Tampakan não deveria ter sido prorrogado sem supervisão presidencial completa e consulta e consentimento prévios de nossas comunidades afetadas” (Oeconomedia, 2024).

A ação judicial foi movida em parceria com a LRC, que argumentou que “A Constituição determina que apenas o presidente pode celebrar acordos envolvendo assistência financeira ou técnica; nenhuma outra pessoa no governo foi investida desse poder de celebrar contratos, nem mesmo um diretor do MGB”, e que “a celebração de tais acordos exige que o presidente garanta a proteção dos direitos a um ambiente equilibrado e saudável, bem como o direito do povo de participar da tomada de decisões sociais, políticas e econômicas” (Oeconomedia, 2024).

O Tribunal Regional de Koronadal realizou sua primeira audiência sobre o caso de certiorari em 3 de setembro de 2025, aproximadamente 11 meses após a petição ter sido apresentada. O caso ainda está em andamento.

Participação em campanhas eleitorais

Como parte de sua defesa do meio ambiente e de sua contribuição para a educação e a conscientização, a Igreja Católica colocou as questões relacionadas à mineração na agenda dos debates eleitorais nacionais. Durante a campanha eleitoral de 2013, a Diocese de Marbel lançou a campanha “Team Pabor-Team Ayaw” (Equipe A favor – Equipe Contra). A iniciativa envolveu informar os eleitores locais sobre a posição dos candidatos em relação ao projeto de mineração de Tampakan da SMI e à usina termelétrica a carvão da Sarangani Energy Corporation (SEC). Esperava-se que a posição dos candidatos sobre a questão da mineração determinasse o resultado das eleições.

Em 2021, a diocese anunciou igualmente que se envolveria nas eleições de meio de mandato de 2022. O bispo Casicas afirmou: “Definitivamente, a Diocese de Marbel fará da mineração e do meio ambiente uma questão importante durante as próximas eleições. Isso fará parte do discernimento na escolha dos candidatos” (Sarmiento 2021).

Em nível nacional, a CBCP também se envolveu em uma campanha eleitoral durante as eleições nacionais de 2022 e 2025, batizada de “Agenda Verde” (Caritas PH, 2025). Essa iniciativa envolve a avaliação e o apoio a “candidatos verdes” que concordam em promover um conjunto de políticas ambientais e medidas de reforma uma vez eleitos. Juntamente com grupos ambientais e redes da sociedade civil, organizações religiosas elaboraram o conteúdo da “Agenda Verde” e a divulgaram por meio de fóruns, coletivas de imprensa e publicações nas redes sociais. Nas eleições intermediárias de 2025, apenas um punhado de candidatos nacionais, incluindo grupos de lista partidária, recebeu o apoio de grupos ambientais, uma vez que poucos políticos se comprometeram com a Agenda Verde. Nenhum dos candidatos ao Senado apoiados conquistou uma cadeira, mas três grupos de listas

¹⁷ A petição de certiorari é uma ação civil especial movida para corrigir erros de jurisdição ou “grave abuso de poder discricionário” por parte de um tribunal, corte ou autoridade. Outros peticionários incluíram o Movimento Ecológico Multissetorial de Columbio, a Associação Tribal La Bugal Blaan e diversas associações de irrigadores da região.

partidárias aliadas conseguiram garantir cadeiras na Câmara dos Deputados. Em Tampakan, Cotabato do Sul, candidatos contrários à mineração venceram nas disputas para os cargos executivos e legislativos municipais.

Defesa e Solidariedade Internacionais

A campanha bem-sucedida em Tampakan contribuiu para a defesa internacional dos direitos indígenas, bem como contra a natureza exploradora dos projetos extrativos. Por um lado, a ATM ⁽¹⁸⁾, aliada firme da Igreja Católica, compartilhou as experiências da luta em Tampakan em fóruns e conferências internacionais, fornecendo bases substanciais e fortalecendo os apelos contra a destruição causada por projetos extrativos. Em 2014 e 2017, a ATM levou o caso da campanha de Tampakan às Nações Unidas (ONU) em Genebra durante as negociações de um tratado proposto para responsabilizar as empresas transnacionais pelas obrigações em matéria de direitos humanos. Em 2016, o caso de Tampakan foi apresentado aos delegados filipinos no Fórum das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNBHR), também realizado em Genebra, com o apoio da Franciscans International, Misereor e Fastenopfer (cath.ch, 2016; Franciscans International, 2016). Em 2014, a Global Witness relatou que a mina de Tampakan era uma força motriz da violência e dos assassinatos em Mindanao, e apresentou os assassinatos da família Capion em 2012 como evidência (Global Witness, 2014).

Como membro do Fórum Social Temático sobre Mineração e Extrativismo e do Encontro Ásia-Pacífico sobre Direitos Humanos e Setor Extrativo, a ATM uniu-se a organizações de vários países para defender os direitos das comunidades afetadas pela mineração, destacando os impactos sobre a biodiversidade, o meio ambiente e os direitos humanos.

O projeto Tampakan também estava entre os casos citados em um artigo sobre minerais para a transição energética, intitulado “Energy Transition Minerals: Digging Out the Critical Issues” (ATM, 2024), que discutiu os impactos potenciais da mina de Tampakan sobre o meio ambiente e as comunidades. O artigo também argumentou que o Norte Global deve reduzir seu consumo de materiais e minerais, considerando a destruição ambiental e as violações dos direitos humanos sofridas pelas comunidades afetadas pela mineração. Afirmou que não deveria haver “zonas de sacrifício”, onde o desmatamento e o deslocamento de comunidades são justificados em nome da extração de minerais, grande parte dos quais, argumentou o artigo, será usada para veículos elétricos. A importância da participação das comunidades locais e dos grupos indígenas nas decisões relativas à mineração e a outros projetos de investimento foi igualmente enfatizada.

A luta de Tampakan também esteve entre os casos destacados em diálogos com a equipe dos membros do Parlamento na Alemanha em 2024. Ela foi apresentada em uma palestra e discussão perante várias agências governamentais e grupos da sociedade civil em uma conferência em Berlim, durante um evento de uma semana que abordou matérias-primas e minerais para a transição energética.

4. Reflexões finais

Juntamente com organizações da sociedade civil, comunidades de base e grupos indígenas, a Igreja Católica contribuiu significativamente para a resistência contra o projeto de mineração de Tampakan, o que adiou sua implementação. Por décadas, a Diocese de Marbel tem sido a principal e inabalável força organizadora na oposição ao projeto de mineração

¹⁸ A ATM, ou Alyansa Tigil Mina, é uma coalizão de organizações e grupos que contestam a promoção agressiva da mineração em grande escala nas Filipinas. É tanto um grupo de defesa quanto um movimento popular, trabalhando em solidariedade para proteger as comunidades filipinas e os recursos naturais ameaçados pelas operações de mineração em grande escala.

de cobre e ouro de Tampakan. Motivada pela gestão responsável, pela justiça ambiental e pela opção preferencial pelos pobres, a Igreja utilizou sua autoridade moral, iniciou ações judiciais e mobilizou movimentos de base para resistir ao projeto de mina a céu aberto em grande escala da SMI. A campanha contra a mineração em grande escala em Tampakan abrangeu uma ampla gama de estratégias e ações, desde o início do projeto até o presente. Essa é talvez a principal razão pela qual a empresa de mineração não conseguiu iniciar as operações comerciais mais de três décadas após a aprovação do contrato de mineração do projeto, em 1995.

Este estudo de caso documentou que a Igreja Católica não apenas conduziu atividades de pesquisa e educação, mas também atuou como requerente em vários processos judiciais. Da mesma forma, ajudou a mobilizar comunidades por meio de campanhas de coleta de assinaturas, mobilizações em massa e campanhas eleitorais. Além disso, o movimento antimineração adotou uma estratégia eficaz utilizando meios legais, como a legislação do Código Ambiental de Cotabato do Sul, que proíbe especificamente a mineração a céu aberto. Houve uma tentativa do conselho provincial de revogar a proibição da mineração a céu aberto por meio de uma portaria, mas a legislação foi anulada pelo governador provincial, com o apoio da pressão política da Igreja e do movimento antimineração. Ao mesmo tempo, a SMI contestou o código na Justiça. Levou vários anos até que a empresa de mineração conseguisse obter uma decisão favorável. No entanto, a decisão judicial ainda não é definitiva, pois o governador provincial e os defensores planejam questioná-la perante a Suprema Corte, a mais alta instância judicial do país. Essas mobilizações legais contra a revogação do código tornaram-se um grande obstáculo à implementação do projeto de mineração.

Além disso, por meio de protestos e ações criativas, campanhas massivas de educação e coleta de assinaturas, o movimento antimineração conseguiu pressionar e influenciar com sucesso políticos e tomadores de decisão a manter a proibição da mineração a céu aberto, como ilustrado pelo veto do governador provincial à portaria legislativa que visava suspender a proibição. É por isso que é crucial que a Igreja e o movimento contra a mineração destrutiva em grande escala persistam em se engajar em campanhas eleitorais e na educação do eleitorado. Autoridades do governo local, em particular, desempenham um papel fundamental nas decisões relativas a projetos de mineração. Garantir que essas autoridades tenham uma forte defesa ambiental e sejam aliadas a grupos e residentes que se opõem à mineração em grande escala pode significar a diferença entre impedir ou permitir operações de mineração destrutivas em grande escala.

Em termos de narrativas e argumentos subjacentes, as cartas pastorais da CBCP conseguiram fornecer orientação e uma perspectiva que ajudou as pessoas a ver e compreender a questão da mineração. Ao enquadrar a mineração e o extrativismo como uma preocupação ética ou moral, a Igreja conseguiu ajudar a contrariar a propaganda das empresas sobre os chamados benefícios da mineração. Seu argumento de que o meio ambiente e os recursos naturais são criações de Deus e fazem parte da casa comum da humanidade, que deve ser preservada para as gerações futuras, ressoa além da comunidade católica, alcançando outras tradições espirituais, como grupos muçulmanos e indígenas da região. Ao enfatizar o valor da sustentabilidade de longo prazo em detrimento dos ganhos de curto prazo, a Igreja conseguiu oferecer uma visão mais ampla e abrangente sobre as atividades extrativas.

Ela também reforçou sua integridade moral ao instruir suas instituições a se desligarem de projetos ambientalmente prejudiciais e ao adotar a política de rejeitar doações de empresas de mineração e outras corporações envolvidas em atividades destrutivas e exploradoras. Essas políticas e medidas e es sinalizaram aos fiéis a firme convicção e a abordagem consistente da Igreja em relação à proteção ambiental, à santidade da natureza e a uma vida digna para as pessoas, especialmente para os grupos indígenas marginalizados.

A ampla campanha educativa da Igreja sobre o alcance e os impactos potenciais do projeto de mineração, bem como sobre os direitos dos povos indígenas previstos na Lei de Mineração e na Lei IPRA, ajudou as comunidades a compreender as implicações do projeto. Isso permitiu que as comunidades Blaen se opusessem ao projeto da SMI por vários anos e impedissem o início de suas operações de mineração. No entanto, após muitos anos oferecendo empregos, bolsas de estudo, projetos de estradas e outros serviços às comunidades, a empresa de mineração conseguiu causar divisão entre os grupos marginalizados, especialmente os povos indígenas. Alguns moradores contrários à mineração mudaram de ideia e acabaram aceitando o projeto. Eles arrendaram suas terras e deram seu consentimento, levando a empresa a

cumprir os requisitos do FPIC. Mas, devido ao descumprimento das promessas por parte da SMI, muitos dos que deram seu consentimento também passaram a desconfiar do projeto de mineração.

De modo geral, embora as operações comerciais do projeto de mineração de cobre e ouro da SMI tenham sofrido um atraso de três décadas, impedir que elas sigam adiante de uma vez por todas continua sendo um grande desafio. Apesar dos esforços da Igreja nas eleições nacionais de 2022 para apoiar um candidato “verde”, a eleição do presidente Ferdinand “Bongbong” Marcos Jr., bem como a pressão econômica internacional, estão impulsionando a expansão das operações de mineração nas Filipinas. A resistência antimineradora deve intensificar seus esforços e esgotar todas as vias possíveis para bloquear a implementação total do projeto.

Há uma necessidade urgente de contestar o argumento da chamada “transição verde” como resposta à crise climática. Governos, instituições financeiras internacionais e corporações de mineração aderiram à narrativa de que as operações de mineração devem ser expandidas para fornecer os minerais de transição ou críticos necessários para a mudança para a energia renovável. O que não é enfatizado, no entanto, é que uma parte significativa da demanda por minerais será destinada a veículos elétricos, centros de dados de IA e tecnologia e armas militares.

Nesse contexto, a voz moral da Igreja é necessária para contrariar a narrativa dominante da “transição verde” e expor a verdade e as realidades por trás da demanda por mais mineração. Foi exatamente isso que a Igreja fez quando as conferências episcopais continentais da Igreja Católica do Sul Global emitiram uma declaração histórica na COP30 em Belém, Brasil (novembro de 2025), intitulada “Um Apelo pela Justiça Climática e pela Casa Comum: Conversão Ecológica, Transformação e Resistência às Falsas Soluções”. A Igreja amplificou as críticas de muitos movimentos internacionais que têm classificado as medidas propostas para lidar com a crise climática como uma “solução falsa”, pois elas não abordam a injustiça sistêmica e as desigualdades. Entre outros apelos, a Igreja exigiu “políticas que transformem os ciclos de produção e a cultura de consumo, tornando-os mais equitativos e sustentáveis, garantindo que as transições econômicas e energéticas não perpetuem as desigualdades nem comprometam os direitos humanos ou o meio ambiente” (CELAM, FABC e SECAM, 2025, p. 11). Para apoiar ainda mais a luta contra o extrativismo em grande escala, a Igreja poderia reforçar os apelos contra as diversas guerras em curso e a utilização de minerais para equipamentos militares.

Por fim, a Igreja Católica nas Filipinas, juntamente com grupos ambientais e movimentos sociais, deve persistir na promoção de alternativas à indústria extrativa, como a agrossilvicultura, o ecoturismo e o desenvolvimento de bacias hidrográficas. Esforços consistentes de lobby e advocacy devem ser empreendidos para revogar a Lei de Mineração das Filipinas de 1995 e substituí-la pela Lei de Gestão de Bacias Hidrográficas (AMMB). Também deve haver um impulso mais forte para projetos de lei igualmente importantes, como a Lei Nacional de Uso do Solo, o Projeto de Lei de Manejo Florestal Sustentável, a Lei do Direito à Informação, a Lei RON e uma lei que proteja os defensores do meio ambiente e dos direitos humanos. Sua segurança continua sendo uma questão crucial, já que a Global Witness classificou consistentemente as Filipinas como o país mais mortal da Ásia de 2012 a 2024 para aqueles que protegem o meio ambiente (Geronimo, 2025). Os assassinatos relacionados à mineração representam um terço dos homicídios documentados pela organização internacional de vigilância.

Referências

- ATM (Alyansa Tigil Mina). 2024. [“Energy transition minerals: Digging out the critical issues.”](#)
- Cabato, Luisa. 2023. [“Mindanao bishops submit petition vs Tampakan mining”](#). *Inquirer*. October 12, 2023.
- Caritas PH. 2025. [“Green agenda launched to push for pro-environment governance in 2025 elections.”](#) Caritas Philippines, March 21, 2025.
- Cath.ch. (Portail Catholique Suisse). 2016. [“Gigantic mining project in the Philippines: Lenten action alongside indigenous tribes.”](#) June 23, 2016.
- CELAM (Consejo Episcopal Latinoamericano y Caribeño), SECAM (Symposium of Ecclesial Conferences of Africa and

- Madagascar), and FABC (Federation of Asian Bishops Conference). 2025. [A Call for Climate Justice and the Common Home](#).
- CBCP (Catholic Bishops' Conference of the Philippines). 1988. "[What is happening to our beautiful land?](#)" January 29, 1988.
- CBCP. 1998. "[A statement of concern on the Mining Act of 1995](#)."
- CBCP. 2000. "[Water is Life](#)." July 5, 2000.
- CBCP. 2006. "[Mining issues and concerns: Do not defile the land where you live](#)". 29 January, 2006.
- CBCP. 2019. "[An urgent call for ecological conversion, hope in the face of climate emergency](#)." 16 July, 2019.
- CBCP. 2022. "[A call for unity and action amid a climate emergency and planetary crisis](#)." 28 January, 2022.
- Chavez, L. 2020. "[The fight goes on for opponents of a Philippine mine given a new lease on life](#)." *Mongabay*. March 9, 2020.
- Communist Party of the Philippines (CPP), Information Bureau. 2008. "[Mining firm punished for landgrabbing, plunder—CPP](#)". January 2, 2008.
- Estabillo, A. 2022. "[South Cotabato gov vetoes lifting of open-pit mining ban](#)." *Inquirer*. June 4, 2022.
- Franciscans International. 2016. "[Indigenous peoples rights at stake](#)." June 27, 2016.
- Geronimo, J. 2025. "[Philippines still deadliest country in Asia for environmental defenders in 2024](#)." *Rappler*. September 17, 2025.
- Global Witness. 2014. "[Deadly Environment: The Dramatic Rise of Killings of Environmental and Land Rights Defenders](#)."
- International Labor Organization (ILO). 2025. "[Employment in the critical minerals sector: a case study of Indonesia, Mongolia and the Philippines](#)." ILO Brief. September 1, 2025.
- MGB (Mines and Geosciences Bureau). 2026. "[The Philippine Mineral Industry at a Glance](#)".
- Oeconomedia. 2024. "Marble bishop leads legal challenge against Tampakan mining project". Oeconomedia. October 9, 2024. <https://oeconomedia.org/news/marble-bishop-leads-legal-challenge-against-tampakan-mining-project/>
- Philippines Extractives Industries Transparency Initiative (PH-EITI). 2025. "[Expanding Horizons: Promoting Accountability through Transparency and Inclusive Participation in Extractive Governance](#)". Country Report FY2023-2024.
- Rights of Nature Philippines. 2023. "[The SAPAT Lifestyle: Embracing Sustainability](#)." November 1, 2023.
- SAC (Social Action Center). 2011. "The Phenomenology of Mining: HR-Based Fact-Finding Mission at Tampakan, South Cotabato." Diocese of Marbel. In print only.
- SAC and Tampakan Forum. 2012. "Tampakan Fact-Finding Mission Report." Diocese of Marbel. In print only.
- Sarmiento, B. 2021. "[Marbel diocese launches signature campaign for retention of open-pit mining ban in South Cotabato](#)." *MindaNews*. August 16, 2021.
- Sarmiento, B. 2022a. "[‘I am pro-mining’: Indigenous opposition to Philippine mine project falters](#)". *Mongabay*. February 28, 2022.
- Sarmiento, B. 2022b. "[Open-pit mining ban lifted in Philippine province, clearing way for copper project](#)." *Mongabay*. May 18, 2022.

Citação recomendada

Garganera, Jaybee and Rhoda Viajar (2026). "Projeto da Mina de Cobre e Ouro de Tampakan, Diocese de Marbel, Filipinas". En Severine Deneulin e Caesar Montevecchio (coord). *Abordagens Católicas à Mineração: Estudos de Casos*. University of Notre Dame y Laudato Si' Research Institute, Campion Hall, University of Oxford. <https://doi.org/10.7274/32939765>

Créditos das fotos

Todas as fotos desta matéria foram fornecidas por Alyansa Tigil Mina (ATM). Todos os direitos reservados.